

A Importância da Fonética e da Fonologia na Formação do Professor da Alfabetização e das Demais Fases Escolares

Rosmere Adriana Vivian Ottonelli¹ e Sofia Cristina Alexius²

1. Mestre em Letras, Nível de Mestrado Profissional, Programa PROFLETRAS, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Cascavel.

2. Doutoranda do Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Letras, Nível de Doutorado, Área de Concentração em Linguagem e Sociedade, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Cascavel.

rosmeredivian@yahoo.com.br e *sofiaalexius@hotmail.com*

Palavras-chave

Alfabetização
Formação docente
Subsídios da fonética
Subsídios da fonologia

Resumo:

Entender as dificuldades dos educandos para se adquirir a leitura e a escrita é o primeiro passo para direcionar o trabalho docente, independente da fase escolar em que o educando se encontra. Ocorre que os conhecimentos de Fonética e de Fonologia, os quais contêm subsídios aos educadores tanto para a alfabetização como para a sequência da escolaridade, na maioria dos cursos de formação docente, tanto em nível médio quanto superior (ênfase aos cursos de formação de docentes em nível médio e ao superior a distância), não são trabalhados ou o são de forma insuficiente, se considerada sua carga horária. É imprescindível que esta lacuna seja preenchida, visto que, devido a uma alfabetização deficitária, grande parte do alunado não consegue aperfeiçoar os conhecimentos das mais diversas disciplinas e acaba levando, inclusive para a universidade, problemas básicos relacionados à leitura e à escrita.

Artigo recebido em: 10.03.2015.

Aprovado para publicação em: 06.05.2015.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Uma boa educação para participação digna na vida social é o mínimo que o Estado deve oferecer a seus cidadãos. Partindo-se do pressuposto de que a mesma leva o indivíduo a interagir com mais propriedade nas esferas sociais como família, trabalho, política, escola, entre outras, lhe é atribuída uma grande responsabilidade. A educação é, por excelência, o primeiro passo para o desenvolvimento e a justiça social, e envolve desde os primeiros contatos com as letras até os mais elevados graus de estudo, institucionalizados ou não. Para que a mesma ocorra, é imprescindível que o indivíduo domine o código, seu idioma, tanto na fala, para as necessidades mais básicas, articulando seus argumentos, contando, etc, e na escrita, o que se caracteriza como um processo mais complexo, que se inicia com a alfabetização, cujos agentes diretos são os professores, estes formados pelas mais diversas instituições e níveis de ensino.

Conforme Oliveira (2005),

[...] a escrita de qualquer uma das línguas humanas – e, entre elas, o português – envolve muitos aspectos que o aprendiz deve dominar ao longo de seu aprendizado. Além dos aspectos fonológicos, ou seja, além dos aspectos que têm a ver com os sons do português, a escrita do português envolve também aspectos morfológicos, gramaticais e textuais. (OLIVEIRA, 2005, p.01)

Tais aspectos partem do conhecimento da linguagem oral, previamente sistematizada, para um aperfeiçoamento de características inerentes à escrita.

Considerando que a oralidade se apreende e se aperfeiçoa em diferentes contextos, com diferentes grupos, influenciados por uma gama heterogênea de fatores, como a convivência de descendentes de diversas etnias num mesmo espaço social, há que se trabalhar, para uma alfabetização efetiva, com o desenvolvimento da consciência fonológica.

Como a criança traz de casa a língua oral já sistematizada, cabe à escola traçar relações entre o que se fala e se escreve, levando sempre em consideração as variações apresentadas entre fonemas e grafemas.

Segundo Magalhães (2013),

A consciência fonológica refere-se a uma capacidade metalinguística para identificar e manipular os fonemas ou sons que constituem a língua materna. Representa uma capacidade complexa em que a criança começa a identificar e a refletir que o discurso é constituído por um conjunto de frases, e que estas podem ser segmentadas em palavras, as palavras em sílabas e as sílabas em unidades mínimas, ou seja, os fonemas. (MAGALHÃES, 2013, p. 02)

Desde os primeiros anos do ensino fundamental, quando a maioria das crianças têm os primeiros contatos com a língua escrita, até os últimos anos, ocorrem processos de alfabetização e de letramento que buscam sistematizar a língua graficamente, por diferentes métodos, para depois levar a um domínio maior dos processos linguísticos predominantes na escrita. Ou seja, a alfabetização se inicia nos primeiros anos de escolarização e se estende diferentemente em cada realidade, para cada indivíduo de forma e em tempos diferentes.

Nos diferentes contextos, com suas particularidades, nos primeiros anos da alfabetização, a fala se sobrepõe à escrita, fase na qual são essenciais, por parte do alfabetizador, os conhecimentos relacionados ao desenvolvimento da consciência fonológica para direcionar as ações conforme o grupo com o qual trabalha.

De acordo com Capovilla (1998), no processo de aquisição da escrita se exige que o educando reflita sobre a fala, estabeleça relações entre os sons da fala e sua representação na forma gráfica. A aquisição da escrita está intimamente ligada à consciência fonológica, uma vez que, para dominar o código escrito, é necessária a reflexão sobre os sons da fala e sua representação na escrita.

Conforme Hullen, Ferreira e Busse (2013, p.03), “[...] considerando que o aluno utiliza a sua fala como parâmetro para a atividade de escrita, é comum a presença dos processos fonológicos em suas produções”.

Assim, os aspectos que envolvem as particularidades da língua e, por extensão, a aprendizagem da leitura e da escrita, são subsidiados pelos conhecimentos de Fonética e Fonologia.

Conforme Oliveira (2005), a Fonética é o estudo sistemático dos sons da fala; trabalha com os sons propriamente ditos, levando em consideração o modo como eles são produzidos, percebidos e quais aspectos físicos estão envolvidos na sua produção, enquanto a Fonologia está ligada aos sistemas e padrões que os sons possuem.

Para Pacheco,

[...] a diferença entre fala e escrita está efetivamente prevista, haja vista que a escrita tem por essência representar a fonologia de uma língua. Assim, a escrita não tem um compromisso de registrar tudo o que é dito pelo falante. Ela não tem, pois, um objetivo fonético. Assim, caberá a ela registrar aquelas realizações que são de fato distintivas para a língua. Realizações orais que não contribuem para efetiva organização do sistema fonológico não são contempladas. (PACHECO, 2013, p. 03)

Conforme Ilha (2007), o sistema de escrita alfabética configura uma representação visual, por meio de letras, dos fonemas de uma língua natural. Quando sujeitos em fase de letramento compreendem o princípio alfabético de escrita, representam facilmente a estrutura silábica universal constituída por ataque e núcleo (CV), ferindo ou não as normas ortográficas de sua língua materna.

Nesse processo, que envolve a formulação de hipóteses sobre a escrita, reflexões sobre a relação entre fala e escrita e o uso da consciência fonológica, é necessário que o educador saiba conduzir seus alunos por um caminho sistematizado, visto que a aprendizagem da leitura e da escrita não são processos naturais. Trata-se de um processo sistematizado de codificação e decodificação, para passar a níveis mais elaborados de leitura e escrita.

De acordo com Rego,

Se por um lado, não podemos descartar a importância das práticas sócio-culturais da leitura e a apropriação da língua escrita enquanto forma de comunicação, temos que considerar que também é um fato incontestável, que só a partir da descoberta do princípio alfabético e das convenções ortográficas formamos um leitor e escritor autônomo. (REGO, 2012, p.07)

Conforme Oliveira (2013), para que se reconheçam as particularidades de aprendizagem da língua, é necessário que o professor seja capaz de:

Perceber que o aprendiz associa o sistema de escrita alfabética, num primeiro momento, ao conhecimento que ele tem do sistema fonológico de sua língua (no caso, o português);
Perceber que a escrita é construída pelo aprendiz, com base em hipóteses que ele formula, e reformula, sobre este sistema;
Perceber que a cada estágio do processo de apropriação da escrita corresponde uma hipótese diferente sobre o que seja escrever;
Perceber que os problemas de escrita possuem naturezas diferentes, relacionadas às hipóteses levantadas pelo aprendiz;
Perceber que uma intervenção pedagógica eficaz requer do professor a habilidade de reconhecer a natureza da hipótese que o aprendiz formula a cada momento. (OLIVEIRA, 2013, p. 02)

Segundo os PCN de Língua Portuguesa para o Ensino Fundamental (1998, p. 04), “[...] o objeto de ensino e, portanto, de aprendizagem, é o conhecimento linguístico e discursivo com o qual o sujeito opera ao participar das práticas sociais”. Observa-se a expressão conhecimentos linguísticos, os quais abarcam em primeiro lugar a codificação e a decodificação da língua para, a partir daí, implementar os demais recursos próprios da língua concebida como prática social, ou seja, as práticas de letramento, para as quais, segundo Kleiman (2005), não existe um método, pois o letramento consiste na imersão da criança, do jovem ou do adulto no mundo da escrita, e, nesse sentido, estar imerso no mundo da escrita é abarcar incontáveis situações de comunicação. Para tanto, com a alfabetização se instrumentaliza o educando para que possa expressar-se pela escrita e acessar conhecimentos por meio da leitura.

Para que o letramento citado pela autora seja efetivado, é necessária uma ferramenta, a alfabetização.

Nesse sentido, o que se espera é que nos anos finais do ensino fundamental os processos básicos de escrita e de leitura, iniciados com a alfabetização, já estejam consolidados para a grande maioria das crianças. Já os de letramento, que se estendam por toda a vida.

No entanto, a realidade com a qual nos deparamos a cada dia nas escolas não é esta. Há ainda, nas séries finais do ensino fundamental, problemas graves em relação aos processos de escrita e de interpretação, tanto no que diz respeito ao entendimento do texto proposto, à estruturação dos gêneros, ao uso inadequado das

tipologias, quanto na grafia das palavras mais simples, o que é o ponto mais grave, pois isto sinaliza para uma alfabetização deficitária.

Conforme Hullen, Ferreira e Busse (2010),

Dentre os desafios que se colocam, hoje, à escola, o domínio do código escrito e a compreensão da sua estrutura se colocam como um problema aos professores independentemente do nível de ensino. Parte-se da perspectiva de que os alunos nas séries finais do Ensino Fundamental dominem o código escrito, restando apenas alguns conteúdos ortográficos a serem fixados. Porém, a prática de texto tem revelado que alguns problemas relacionados à fala e escrita permanecem até o Ensino Médio. (HULLEN, FERREIRA e BUSSE, 2010, p. 02)

Nesse cenário, buscam-se os possíveis culpados para as carências da alfabetização. Dentre os fatores, ênfase ao ensino público, estão os de ordem econômica e social da clientela, as más condições físicas das escolas e de material, a falta de valorização dos profissionais da educação, constantemente desmotivados, mas o que salta aos olhos é a questão da formação dos educadores que trabalham nos primeiros anos do ensino fundamental. Trata-se, em sua maioria, de professores formados nos cursos de educação, modalidade normal (magistério), com duração de quatro anos, período no qual estão ausentes disciplinas que tratem dos processos fonéticos e fonológicos na aquisição da escrita e da leitura.

Mesmo para educadores que têm ensino superior, muitos, formados há mais tempo, não tiveram em sua formação a Disciplina Fonética e Fonologia, e, em cursos de aperfeiçoamento, especialização, ou na formação continuada, tais aspectos raramente são considerados.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DIANTE DOS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS PARA O TRABALHO COM A LÍNGUA

Não é impossível alfabetizar sem ter conhecimento mais efetivo de Fonética e Fonologia, isto é claro, no entanto é muito difícil entender por quais motivos um educando não consegue alfabetizar-se efetivamente ou por que razões um educando em final de ensino fundamental ainda escreve com tantos desvios à ortografia padrão, ou, ainda, quais os melhores encaminhamentos no processo de alfabetização ou nas séries subsequentes, considerando as diferenças de oralidade em turmas sempre heterogêneas.

Professores formados em nível médio, nos cursos de formação de docentes, modalidade normal, são os que compõem, em sua maioria, os quadros das escolas municipais, responsáveis pelo ensino fundamental do primeiro ao quinto ano, período de alfabetização, conforme se observa na Resolução 10/99 (SEED – PR):

Art. 2.º - O Curso Normal, em nível médio, objetiva formar docentes para atuarem na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental assegurando-lhes a formação básica nacional comum de qualidade e também as competências e habilidades inerentes à função docente. (SEED – PR, p. 03)

Em 2006, conforme Proposta Pedagógica Curricular do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, foram autorizados a oferecerem o curso 41 colégios estaduais, os quais seguem a mesma grade curricular, na qual não consta direcionamento para os conteúdos de Fonética e Fonologia.

Na formação na área de português em nível superior, várias faculdades e universidades particulares com ensino integral, e a distância, que formam inúmeros professores, não oferecem conteúdos pautados na Fonética e na Fonologia.

Já no ensino público do Paraná, conforme dados da Unioeste, Campus de Cascavel, Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu, a carga horária da disciplina de Fonética e Fonologia é reduzida; são cerca de 70 horas/aula, normalmente no primeiro ano do curso de Letras, tempo insuficiente para se trabalhar com todos os aspectos que envolvem os processos de aquisição da leitura e da escrita, com ênfase aos aspectos fonéticos e fonológicos.

Os professores formados em Letras comumente trabalham para a esfera estadual, o que abarca do sexto ao nono ano do fundamental e ensino médio. Por menos determinante que seja a interferência do professor nas últimas séries do ensino fundamental no sentido de sanar questões relacionadas a lacunas de alfabetização, é essencial o conhecimento de Fonética e Fonologia, pois são muitos os casos de alunos com a referida defasagem.

De acordo com Haupt (2012),

[...] desvios em relação à norma ortográfica são comuns entre alunos de diversas faixas etárias, alfabetização e ciclos finais do Ensino Fundamental, por isso deve haver uma preocupação com a aprendizagem das corretas correspondências entre som e letra e da norma ortográfica. (HAUPT, 2012, p. 238)

A autora ratifica a ideia de que o trabalho com a formação da consciência fonológica deve ser implementado não somente na alfabetização, mas em qualquer fase do ensino fundamental.

Se houve lacunas na alfabetização, e as mesmas não forem preenchidas em alguma fase do ensino fundamental, o educando as levará até o restante de sua formação escolar, sempre com maiores dificuldades, visto que os conteúdos se tornam cada vez mais complexos.

E, assim, coloca-se o questionamento: Como é que um educando com problemas de alfabetização, diante das condições que lhe são dadas na sequência do processo escolar, consegue concluir o ensino médio?

Existe uma “cultura” já cristalizada pela instituição do Conselho de Classe, que analisa o desempenho dos educandos que não obtiveram média suficiente para aprovação; e é comum a aprovação sob a justificativa de que o mesmo chegou a seu limite da capacidade de aprendizagem, que não adianta retê-lo na série, e assim sucessivamente.

Não se trata aqui de atribuir todos os problemas de aprendizagem a uma alfabetização deficitária, mas sim de afirmar que muitos o são e que a escola, em geral, não implementa um trabalho para sanar as dificuldades para a partir daí continuar com os conteúdos.

Nas aulas de reforço, por exemplo, ofertadas pelo ensino público a alunos de 6º e 9º anos, no contraturno, nas quais é possível um atendimento mais individualizado, é prática constante o reforço aos conteúdos da série, ao invés de se fazer um diagnóstico das defasagens, para saná-las quando ao alcance da escola; excetuam-se aqui questões de caráter neurológico, por exemplo. Não se trata de má vontade do professor, mas de desconhecimento de processos relacionados à aquisição da escrita e da leitura, pois o mesmo, em geral, não é alfabetizador e, ainda, em sua formação não teve, ou teve precariamente, os conteúdos de Fonética e Fonologia.

E, devido a este desconhecimento, é muito comum os professores dos anos finais do ensino fundamental culparem os professores dos primeiros anos pelas lacunas apresentadas pelos educandos que recebem; assim como os professores do ensino médio o fazem em relação aos da segunda fase do fundamental, e assim por diante, até a universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Problemas recorrentes de processos de alfabetização deficitários observam-se em todos os anos do ensino fundamental e do médio, e alguns se estendem até a universidade. Muitos dos fatores que interferem nessa questão já são conhecidos e constantemente discutidos, como a superlotação das salas de aula, a falta de incentivo aos profissionais da educação, falta de material e más condições físicas das escolas. No entanto, a questão da grade curricular que forma os educadores é pouco analisada.

Das lacunas de alfabetização decorrem problemas nos processos de letramento, como um todo, ou seja, não se restringem à área de Português, mas, sim, abarcam todas as esferas do conhecimento.

A formação dos alfabetizadores, predominantemente em nível médio, muitos a distância, está carente de conteúdos que subsidiem os processos de aquisição da leitura e da escrita. Só no estado do Paraná são 41 colégios que possuem o curso de Formação de Docentes em nível médio, sem conter em sua grade curricular conteúdos que contemplem conhecimentos específicos de Fonética e de Fonologia.

Pensar em uma alfabetização mais efetiva nos primeiros anos do ensino fundamental é essencial para que questões aparentemente insignificantes não se tornem dificuldades significativas na aquisição dos conteúdos dos anos subsequentes. No entanto, a responsabilidade pelas defasagens de alfabetização não deve ser atribuída aos alfabetizadores como se o processo já estivesse concluído. É essencial que os educadores de todo o ensino fundamental saibam detectar as lacunas e tenham conhecimento suficiente para entendê-las e para adotar materiais e métodos para saná-las. É nesse ponto que, além do trabalho com a língua nas aulas regulares, se deve trabalhar nas aulas de reforço com as defasagens, uma alternativa oferecida pelo estado do Paraná a alunos de sextos e nonos anos, nas disciplinas de Português e de Matemática.

É essencial que esta questão seja discutida com mais ênfase pelos órgãos responsáveis pelo ensino público e pela formação dos educadores, inclusive pela universidade, para que se criem mecanismos de inclusão dos conteúdos em questão, sempre com vistas à melhoria do ensino.

REFERÊNCIAS

CAPOVILLA, F. C.; GONÇALVES, M. J. MACEDO, E. C. **Tecnologia em (Re) Habilitação Cognitiva: Uma perspectiva multidisciplinar**. São Paulo: EDUNISC, 1998.

EDUCADORES. **Deliberação N.º 010/99/SEED - PR**, disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=601>>. Acesso em: 23 de dezembro de 2013.

EDUCADORES. **Matriz Curricular para o Curso de Formação de Docentes – Modalidade Normal**, Res. n.º 04/06/07 – CNE/CEB e Del. n.º 06/06 – CEE, disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=601>>. Acesso em 11 de janeiro de 2014.

EDUCADORES. **Proposta Pedagógica Curricular do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Modalidade Normal**. Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná, disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretrizpdf>>. Acesso em: 08 de dezembro de 2013.

HAUPT, Carine. **Formação Docente e a Fonética e a Fonologia: o Ensino da Ortografia**. In *Signum: Estudos Linguísticos*, n. 15/2, p. 237-256, dez, 2012.

HULLEN, Nadieli Mara; FERREIRA, Adriana Alexandra; BUSSE, Sanimar. **Descrição e análise de processos fonológicos em textos de alunos do Ensino Fundamental**. In XI Seminário Literatura História e Memória, Uniãoeste Cascavel, 2013. Disponível em: <http://www.seminariolhm.com.br/artigos_anais2013/Pr%C3%A1ticas%20de%20Ensino%20em%20L%C3%ADngua>

<http://www.maemequer.pt/desenvolvimentoinfantil/crescer/desenvolvimento/consciencia-fonologica-relacao-com-a-aprendizagem-da-leitura-e-da-escrita>. Acesso em: 17 de janeiro de 2014.

ILHA, Susie Enke. **Os processos fonológicos na representação escrita de estruturas silábicas complexas do português brasileiro**. *Revista de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Edição especial n. 1, 2007.

MAGALHÃES, Lúcia. **Consciência fonológica: relação com a aprendizagem da leitura e da escrita**. Disponível em: <<http://www.maemequer.pt/desenvolvimentoinfantil/crescer/desenvolvimento/consciencia-fonologica-relacao-com-a-aprendizagem-da-leitura-e-da-escrita>>; Acesso em: 19 de janeiro de 2014.

MÍDIA CPT. **PARÂMETROS CURRICULARES Nacionais de língua portuguesa**, 1998. Disponível em <<http://midia.cpt.com.br/pdfs/cpt/pcn/volume-02-lingua-portuguesa>>. Acesso em: 09 de janeiro de 2014.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. **Conhecimento Linguístico e Apropriação do Sistema de Escrita**. Ceale: UFMG, 2005

PACHECO, Vera. **Conhecimento Linguístico e Apropriação do Sistema de Escrita**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Disponível em: <<http://www.anchieta.br/unianchieta/revistas/interseccoes/pdf/rev>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2013.

REGO, Lúcia Lins Browne do. **Alfabetização e letramento: refletindo sobre as atuais controvérsias**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alfbsem.pdf>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2014.

